

# O DIREITO À CIDADE E A FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS VIRTUAIS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Mayara Rayssa da Silva Rolim<sup>1</sup>  
Rosa Elizabeth Acevedo Marin<sup>2</sup>

## RESUMO

O direito à cidade visa garantir a dignidade da pessoa humana por meio da promoção do acesso à cidade e seus serviços, assegurando a gestão democrática do território. Esse conceito nasce nos movimentos sociais e depois é abarcado pela comunidade acadêmica, o que não significa que um conhecimento seja superior ao outro. Nesse sentido, o presente artigo faz uma reflexão e análise das formas virtuais de mobilização e comunicação do movimento social urbano Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una buscando compreender sua maneira de comunicar e analisando como esta pode ajudar na luta pela garantia do direito à cidade.

**Palavras-chaves:** direito à cidade; comunicação; redes digitais; Bacia do Una; Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una.

## RÉSUMÉ

Le droit à la ville vise à garantir la dignité de la personne humaine par la promotion de l'accès à la ville et à ses services, en assurant la gestion démocratique du territoire. Ce concept est né dans les mouvements sociaux et est ensuite adopté par la communauté académique, ce qui ne signifie pas qu'une connaissance est supérieure à l'autre. En ce sens, cet article propose une réflexion et une analyse sur les formes virtuelles de mobilisation et de communication du mouvement social urbain. Front des Impayés du Bassin de Una cherchant à comprendre leur façon de communiquer et à analyser en quoi cela peut aider à lutter pour la garantie du droit à la ville.

**Mots clefs:** droit à la ville; communication; réseaux numériques; Una Basin; Front des habitants pauvres du bassin de l'Una

---

<sup>1</sup> Mestranda do curso de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local pelo PPGEDAM/NUMA/UFPA; Especialista em Comunicação Científica pelo FIPAM/NAEA/UFPA. Bacharel em Direito pelo ICJ/UFPA. E-mail: may.y.rolim@gmail.com.

<sup>2</sup> Pós –doutorada pela Centre National de la Recherche Scientifique, CNRS, França e pela Université de Québec à Montreal, UQAM, Canadá. Doutora em História e Civilização pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônica pelo FIPAM/NAEA/UFPA. Graduada em Sociologia pela Universidad Central de Venezuela, UCV, Venezuela. Docente e pesquisadora do NAEA/UFPA. E-mail: rosaacevedomarin@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

A implementação do direito à cidade é um dos maiores desafios atuais, pois se, de um lado trata-se de um dos direitos humanos mais negligenciados, por outro, é também um dos mais importantes no que tange à garantia da dignidade humana, principalmente em tempos de acelerada urbanização e movimentos neoliberais.

A busca pela garantia desse direito surge dentro dos movimentos sociais e depois é englobada pela academia. Nossa preocupação é no sentido de que a luta dos movimentos sociais não deve ser esquecida tampouco menosprezada em prol do conhecimento técnico, pois acreditamos que ela tem papel crucial na garantia do direito à cidade.

Outro fato a ser considerado é que as recentes revoluções da sociedade capitalista, mais especificamente a revolução tecnocientífica informacional, vem modificando as relações sociais o que tem alterado ou ampliado as formas de comunicação e mobilização, inclusive dentro da realidade dos movimentos sociais.

Assim, é preciso estudar e compreender formas de se buscar a efetivação do direito à cidade, sejam elas burocráticas ou empíricas. Portanto, o texto propõe uma reflexão e análise das estratégias virtuais de mobilização e comunicação do movimento social que reivindica o direito à cidade conhecido como Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU). Esclarecemos, ainda, que o objetivo de compreender a dinâmica de comunicação do movimento é definido, pois entendemos que embora muito já se tenha pesquisado sobre o Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una muito pouco se discute sobre a importância e as estratégias do movimento social que luta pela efetiva conclusão da obra.

A metodologia adotada foi baseada na abordagem qualitativa, de caráter analítico-descritivo e exploratório, aplicando o estudo de caso como método de investigação. As informações sobre o uso de tecnologias de informação digital conduziram ao estudo do *blog* do fórum, página de *facebook* e grupo de *whatsapp*.

Como forma de coleta de dados foram aplicadas as técnicas de documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e direta (etapa de campo) com a realização de entrevistas. No que se refere a parte bibliográfica foram utilizados periódicos Qualis A1, A2 e B1; tese e doutrinas. As fontes virtuais contemplam os seguintes bancos de informações: Google Acadêmico, Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Pará, *blogs* e sites de instituições públicas. As entrevistas foram realizadas com um dos membros do movimento (José Alexandre de Jesus Costa), com um colaborador do movimento vinculado a Universidade Federal do Pará (Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares) e com pessoas da

sociedade (escolhidas aleatoriamente, considerando homens e mulheres de diversas faixas etárias). Em um universo de 20 bairros da cidade de Belém, que representa cerca de 60% do sítio urbano, correspondente a área de abrangência da bacia hidrográfica do Una, a população que foi entrevistada foi selecionada a partir dos seguintes critérios: 1) serem receptoras das mensagens; 2) serem impactadas diretamente pela problemática dos alagamentos e inundações ocasionados pelo projeto de Macrodrenagem da bacia do Una (levando em consideração a localização da residência). Transcrevemos a fala dos entrevistados.

O procedimento metodológico da entrevista teve como objetivo:

- a) Consultar pessoas envolvidas diretamente com o movimento social “Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una” na condição de liderança e de colaborador sendo estes responsáveis pelos processos de mobilização e comunicação do movimento, afim de levantar informações mais precisas sobre as estratégias e entraves;
- b) Observar como essa comunicação chega aos receptores<sup>1</sup> identificando se atinge a finalidade pretendida pelo emissor<sup>2</sup>.

Observando-se que a escolha da coleta de informações pela técnica de entrevistas ocorreu pela necessidade de perceber questões que não poderiam ser analisadas por meio da mera observação, como a percepção dos receptores frente a mensagem emitida.

Para a liderança do movimento as perguntas foram as seguintes:

- a) Por que utilizar o meio virtual para a mobilização e comunicação do movimento? E como essa estratégia pode contribuir para a garantia do direito à cidade?
- b) Quais as maiores dificuldades encontradas nessa forma de comunicação?
- c) Você tem alguma preferência entre as plataformas *facebook*, *whatsapp* e *blog*? Por que?
- d) Qual tem sido o resultado alcançado com essa estratégia? Qual a importância desses resultados?

Para o colaborador do movimento as perguntas foram as seguintes:

- a) Quais resultados você identificou com o uso das redes digitais *facebook*, *whatsapp* e *blog*?
- b) Você considera eficientes as formas digitais de comunicação para o objetivo da busca pelo direito à cidade? Você tem alguma preferência entre as plataformas *facebook*, *whatsapp* e *blog*?

Para os receptores as perguntas foram as seguintes:

---

<sup>1</sup> Denominado de interlocutor ou ouvinte, é quem recebe a mensagem emitida pelo emissor.

<sup>2</sup> Denominado de locutor ou falante, é quem emite a mensagem para um ou mais receptores.

- a) Você tem acesso as mensagens do movimento pelo *whatsapp*, *facebook* ou *blog*? Como ocorreu a sua inclusão nesses grupos?
- b) Você tem algum meio favorito?
- c) Você gosta da forma utilizada pelo movimento “Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una” no meio virtual para lutar por direitos?
- d) Você se sente incomodado com as mensagens emitidas pelo movimento no *facebook*, *whatsapp* e *blog*?

Esse modelo de entrevista foi escolhido, pois permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelos entrevistados.

O artigo apresenta três momentos. No primeiro temos o tópico pertinente ao direito à cidade no qual é apresentado o conceito do termo bem como o seu conteúdo jurídico. No segundo momento é apresentada, brevemente, a problemática do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una e o movimento articulado pelos moradores em prol da conclusão das obras. E no terceiro momento temos apresentação da importância das redes digitais para a sociedade atual com uma breve apresentação conceitual sobre *facebook*, *whatsapp* e *blog* e por fim as entrevistas com a análise do papel das redes digitais como estratégia do movimento “Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una” visando garantir a efetivação do direito à cidade, levando em consideração as potencialidades e entraves locais.

## **2. O DIREITO À CIDADE**

O direito à cidade trata-se de um direito difuso e coletivo, de natureza indivisível, que significa o acesso aos recursos urbanos para todos os habitantes da cidade e também o direito de mudar a cidade em seu espaço geográfico de acordo com as necessidades e potencialidades locais. Esse direito como direito humano é uma construção conceitual advinda dos movimentos sociais e que vem se contrapor a estrutura socialmente excludente do capital buscando garantir a dignidade dos atores sociais que ocupam o território.

O conceito jurídico de direito à cidade no Brasil encontra-se abarcado nos artigos 182 e 183, capítulo da política urbana da Constituição Federal Brasileira de 1988, esses artigos encontram regulamentação na Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Segundo Amanajás e Klug (2018) o direito à cidade encontra proteção no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), legislação nacional, e tem referência em documentos produzidos em fóruns internacionais da sociedade, como a Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social

Mundial Policêntrico, 2006), a Carta-Agenda pelos Direitos Humanos nas Cidades (CGLU-2009), a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (2009), a Carta do Rio de Janeiro sobre o Direito à Cidade (2010), entre outros. Acrescenta-se ainda que o direito à cidade foi também elencado em documentos técnicos para fundamentar a Nova Agenda Urbana (NAU) com fins a Conferência Habitat III (Policy Unit I).

Renato Balbim (2018, p. 22) assim define a expressão “direito à cidade”:

A expressão “direito à cidade”, atualmente, remete imediatamente tanto às formulações marxistas-lefebvrianas quanto aos diversos documentos produzidos nas últimas décadas por organizações e movimentos internacionais que lutam pela transformação do modelo de urbanização baseado na terra e na cidade primeiramente como uma commodity, logo, como um negócio.

Henri Lefebvre em sua obra “O Direito à Cidade”, enfatiza que é comum o pensamento de cidadania relacionado ao poder de voto, no entanto, esta concepção vai além desse direito, “trata-se de uma forma de democracia direta, pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade, produzida como obra humana coletiva em que cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar sua diferença” (Lefebvre, 2001, p. 23).

Nesse mesmo sentido Daniella Dias (2011) alerta que o enfraquecimento do Estado e da democracia consequentemente é acompanhado da erosão do sentido da cidadania, que vem torna-la meramente “*formal*”, ou seja, estritamente ligada ao exercício do direito de voto, o que põe em risco direitos e garantias fundamentais como o direito à cidade.

A vida na cidade para Lefebvre (2001, p. 22) se baseia justamente nessa diferença de manifestação, na diversidade e pluralidade de atores coexistindo de forma sustentável, “(...) a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade”. Contudo, a realidade no contexto capitalista nos mostra a cidade de uma forma diferente da qual foi vislumbrada por Lefebvre, uma vez que a cidade capitalista se mostrou como um espaço de exploração, alienação e expulsão.

Em suas palavras, Lefebvre (2001, p. 63):

A cidade moderna intensifica, organizando-a, a exploração de toda a sociedade (não apenas da classe operária como também de outras classes sociais não dominantes). Isto quer dizer que ela não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas sim que o urbano intervém como tal na produção (nos meios de produção).

A vida urbana passou a ter um valor de troca onde as classes menos favorecidas e exploradas construíam a cidade, mas dela não usufruíam. Essa questão é destacada por Lefebvre (2001, p. 177) quando afirma que “(...) o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Lefebvre defendia um direito ideal à cidade através da coexistência do diferente, do convívio e do encontro que se dá no espaço da cidade e sua visão em muito inspirou o olhar de David Harvey.

Com esse mesmo entendimento, Renato Balbim (2018, p.18) afirma que:

A cidade, na atualidade, é, antes de mais nada, um grande mercado. Capturada pelos interesses do sistema financeiro e por sua inimaginável velocidade de troca, a cidade vê seu uso assegurado, antes de mais nada, como um serviço. Nessa perspectiva, o debate acerca do direito à cidade – como valor de uso, e não de troca (Lefebvre, 1968) – teria consequência apenas se tratado em perspectiva de libertação, de autonomia dos povos, em condição revolucionária dos modelos atuais, transformadora das estruturas sociais e econômicas de produção.

Com esse olhar Harvey - influenciado por Lefebvre - discorre sobre a importância do direito à cidade ir além de uma liberdade individual sobre os recursos que esta oferece, mas ser fundamentalmente, um direito de mudarmos a nós mesmos, de forma coletiva, através da modificação da cidade. (Harvey, 2014).

Para Harvey (2014, p. 244), o direito à cidade é um conceito repleto de possibilidades em que “(...) tudo depende de quem conferirá ao significante um significado imanente revolucionário”, ou seja, existe uma perspectiva imprescindível na qual se deve optar no que diz respeito ao direito à cidade que é a perspectiva revolucionária que esta pode proporcionar.

Nesse sentido, Harvey sublinha uma questão de fundamental importância para essa perspectiva revolucionária. Para ele a conquista do direito à cidade “depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização” (Harvey, 2014, p. 12). Desse modo, o pensador ao compreender a complexidade dos territórios faz a defesa da desburocratização da gestão das cidades para que se alcance uma gestão democrática e plural.

Esse direito à cidade deve ser entendido não como um direito já existente, mas como um direito de recriar e reconstruir a cidade de forma que se erradique a pobreza, as desigualdades sociais e que se cure a calamitosa degradação ambiental (Harvey, 2014). Sobre os posicionamentos de Harvey a respeito do direito à cidade frente as demandas do capital temos a análise de Trindade Júnior e Madeira (2016, p. 48):

Esse ajuste do território às novas demandas de acumulação capitalista é bem interpretada por Harvey (2004) quando mostra que “a produção e a reconfiguração de relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não resolver, a tendência de formação de crises no âmbito do capitalismo” (Harvey, 2004, p. 78).

Diante do fato de que a cidade como mercadoria é contraposta ao real exercício da democracia, entendemos que essa liberdade de fazer e refazer a cidade é um direito fundamental da população, assim, embora seja um dos direitos mais negligenciados, compreendemos que continua sendo um dos mais preciosos direitos humanos constitucionalmente tutelado pela legislação brasileira. Além disso, ressalta-se também que trata-se de um direito amplamente debatido no âmbito internacional com vistas ao desenvolvimento sustentável, democrático, buscando a equidade e justiça social, fatores importantíssimos para o Estado Democrático de Direito.

### 3. A LUTA PELO DIREITO À CIDADE DO MOVIMENTO FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA

#### 3.1. CONTEXTO GEOGRÁFICO DO PROJETO DA MACRODRENAGEM DA BACIA DO UNA

O Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una ocupa uma área de 3.664 hectares, o que significa cerca de 60% do município de Belém.

Figura 1: a Bacia do Una em bairros.



<sup>3</sup> A relação dos bairros atendidos pela macrodrenagem da bacia do Una foi obtida no “Relatório Síntese do Projeto (2002)”, fornecido pelo governo do Estado do Pará.

Fonte: Blog da Tese.

### 3.2. BREVE HISTÓRICO DO PROBLEMA

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una surgiu oficialmente, em meados da década de 80, através do decreto de nº. 18.185/86 – PMB de 28 de Agosto de 1986. Nesse período Jader Barbalho (PMDB) exercia a função de Governador do Estado do Pará e Fernando Coutinho Jorge (PMDB) era prefeito de Belém. Nessa fase foram realizados os estudos do investimento para se verificar a viabilidade, os atores envolvidos e o financiamento da obra.

De acordo com o que previa o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una essa ação tinha como intuito ser um conjunto de obras de saneamento, sistema viário e macrodrenagem que visavam sanear a cidade e garantir infraestrutura básica para os moradores do entorno da Bacia, evitando as condições de insalubridade nos locais de moradia. Por isso seria considerada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento como a maior reforma urbana da América Latina e contaria com o seu apoio econômico.

Na década de 90, mais especificamente em 1991, temos uma segunda fase do projeto que se instituiu pela atualização dos trabalhos topográficos, levantamento físico territorial e socioeconômico; assinatura do convênio entre o Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Belém; assinatura do contrato de financiamento firmado entre o Estado do Pará e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no valor de US\$ 145 milhões e início das obras no ano de 1993.

Em 2005, o terceiro momento, após o investimento de US\$ 312 milhões (BID (45,8%) e Estado do Pará (54,2%)), o Projeto Una anuncia a conclusão da obra, mesmo apresentando inúmeras pendências. Após a conclusão da obra o projeto definia ainda uma série de responsabilidades à Prefeitura Municipal de Belém, à COSANPA (Companhia de Saneamento do Pará) e ao Conselho Gestor da Nova Bacia do Una.

A PMB deveria, de uma forma geral, dar continuidade às obras pendentes de microdrenagem, realizar a manutenção dos sistemas viário e de macrodrenagem e executar a coleta de resíduos sólidos e entulhos. Observando-se que para a realização desses serviços a prefeitura havia recebido do Estado do Pará equipamentos, maquinários e veículos.

A Companhia de Saneamento do Pará seria responsável por assegurar o abastecimento de água potável a todas as unidades habitacionais impactadas pelo projeto; realizar a manutenção do sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário e elaborar relatório anual de manutenção para ser enviado ao BID, durante 10 anos após a conclusão das obras.



Ao Conselho Gestor da Nova Bacia do Una<sup>3</sup> seria atribuído o controle social com poderes de cobrança, fiscalização e denúncia em relação as condições de sustentabilidade do Bacia após a conclusão da obra.

Nesse sentido, a problemática se insere na falta de cumprimento das responsabilidades definidas para a COSANPA e Prefeitura Municipal de Belém após a suposta conclusão das obras. A não execução das obras pendentes e a falta de manutenção naquelas já realizadas, bem como o não cumprimento dos serviços determinados provocam aos moradores do território abarcado pela Bacia do Una, mesmo em chuvas de pequeno índice pluviométrico (que são frequentes na cidade), inundações e alagamentos, inclusive em áreas que nunca antes haviam apresentado essa problemática. Além disso, temos como consequência desses fenômenos uma série de outras violações a dignidade dos habitantes, como a precarização das condições ambientais, de higiene e de moradia, que se traduzem na própria violação do direito à cidade.

Dessa forma, as irregularidades apresentadas no Projeto Una originaram a luta daqueles que estavam sendo violados, nasce uma problemática, uma luta e também um movimento de resistência que reivindica o direito à cidade como pertencente a todos aqueles que ocupam o território.

Figura 2: alagamento causado pelo transbordamento do Canal do Galo (Bairro: Pedreira – 2013).



Fonte: Arquivo pessoal de José Alexandre de J. Costa, 2013.

---

<sup>3</sup> Constituído por 24 membros, sendo 16 titulares e 8 suplentes, eleitos 3 membros por sub-bacia. Tem como intuito instituir a participação popular nas decisões sobre a Bacia.

Figura 3: alagamento causado pelo transbordamento do Canal do Galo (residência de José A. J. Costa) (Bairro: Pedreira – 2013).



Fonte: Arquivo pessoal de José Alexandre de J. Costa, 2013.

Figura 4: alagamento causado pelo transbordamento do Canal Antônia Nunes. (Bairro: Pedreira – 2014).



Fonte: Arquivo Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, 2014.

### 3.2. A FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA

A Frente dos Moradores Prejudicados pela Bacia do Una (FMPBU) surge, no sentido de movimento organizado, no ano de 2011 por ocasião da “Caminhada Cívica contra a Corrupção, pela Vida e pela Paz” realizada na cidade de Belém pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA). Sendo oficialmente criado em 2013 em virtude da necessidade da existência do movimento como entidade de representação dos moradores atingidos pelo Projeto da Macrodrenagem da Bacia do Una frente aos processos jurídicos e institucionais. Sobre o surgimento do movimento FMPBU, Dias e Santos (2017), afirmam ainda que embora tenha surgido oficialmente em 2013, suas lideranças já vem denunciando a problemática desde 2008.

Esse movimento, que se considera como um movimento social urbano pelo direito à moradia digna e ao saneamento básico e ambiental, surge como forma de resistência popular urbana frente aos problemas ocasionados pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Essa situação é consequência de uma série de irregularidades e omissões do Poder Público na execução do projeto, conforme foi mostrado no tópico anterior.

As lideranças do movimento defendem que a luta dos moradores embora seja política não se mostra partidária, mas uma luta por direitos humanos organizada por pessoas que antes não tinham nenhuma ou uma pequena experiência na política institucional, mas que sentiram a necessidade de resistir.

Nesse sentido (Vasconcelos et al, 2018, p. 18) descrevem essa organização, suas mobilizações e ações políticas:

A FMPBU foi formada por moradores sem experiência na política institucional, entre as estratégias do movimento esteve a judicialização do conflito com a prefeitura e o governo do Estado, por conta da falta de manutenção das obras de macrodrenagem. Trata-se de um conflito político e simbólico, na medida em que implica a disputa de narrativas sobre as causas dos alagamentos e inundações na Bacia do Una. De um lado, o discurso oficial do Estado – amparado no senso comum – responsabiliza o lixo doméstico arremessado na rede de drenagem como causa das inundações. A FMPBU, por outro lado, denuncia a falta de manutenção do sistema de drenagem e o extravio dos equipamentos – por parte da Prefeitura Municipal – que eram destinados a esta função.

O movimento também compreende que essas omissões e irregularidades do poder público são expressões da urbanização no sistema capitalista, que implica na segregação e marginalização das populações mais pobres.

Desde o surgimento do movimento ele tem atuado por meio de ações de denúncia da problemática, seja por meio de instrumentos jurídicos ou de comunicação, como também através de ações educativas que buscam a conscientização dos atingidos sobre a sua condição.

Dentre os exemplos de ações educativas do movimento temos as diversas panfletagens realizadas pelas lideranças em locais de grande concentração de pessoas, como as praças públicas; a participação das lideranças em eventos acadêmicos como o evento “Quintas Urbanas” realizado pelo Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) vinculado a Universidade Federal do Pará e o trabalho de conscientização realizado “de porta em porta” pelos membros do movimento.

Em virtude da mobilização do FMPBU ações jurídicas também já se encontram em andamento como o processo de número 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental, ajuizada pela terceira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado do Pará (MPE). Nesse processo constam como réus a Prefeitura Municipal de Belém (PMB), a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) e o Estado do Pará. O objetivo desse processo é cobrar juridicamente dessas instituições a obrigação de fazer as obras complementares de microdrenagem que ficaram pendentes bem como, a conservação e a manutenção do conjunto de obras do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una, que é agrupado em três grandes sistemas: saneamento, viário e macrodrenagem (17 canais, 6 galerias e 2 comportas). Obrigações que foram definidas no próprio projeto de macrodrenagem. Outro agravante constante no processo diz respeito as denúncias relativas ao uso inadequado e desvio por parte da PMB dos equipamentos e maquinários repassados pelo Estado do Pará para serem utilizados na manutenção das obras do Projeto Una, denúncias que já haviam sido objeto de CPI instaurada na Câmara Municipal de Belém em 2013.

No que tange as ações de resistência do movimento, Cruz e Santos (2017) ainda destacam o empenho da FMPBU em buscar apoio para suas demandas em entidades que defendem os direitos humanos como a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese Metropolitana de Belém, as Comunidades Eclesiais de Base Arquidiocesanas de Belém e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). E no âmbito acadêmico, destacam a parceria com o Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU) e o Laboratório de Pesquisa e Práticas Sociais na Amazônia (LABPSAM) que

promovem assessoria aos movimentos sociais locais. Não esquecendo de citar o apoio crucial dos outros movimentos, como o Comitê Popular Urbano (CPU)<sup>4</sup>.

Sobre as reivindicações do movimento temos o posicionamento da liderança José Alexandre J. Costa (2017) que enumera da seguinte forma:

Os questionamentos da Frente de Moradores Prejudicados da Bacia do Una (FMPBU) se dirigem em três frentes:

1) A omissão e a falta de ética do Poder Público Executivo nos âmbitos municipal e estadual pela falta de manutenção do conjunto de obras do Projeto Una, pelo extravio e apropriação indevida dos maquinários destinados a essa manutenção e pela transformação dos canais da cidade em esgotos a céu aberto devido à falta de Estações de Tratamento de Esgoto;

2) A morosidade e inoperância do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual no tramite do Processo de nº 0014371-32.2008.814.0301, relativo à Ação Civil Pública Ambiental contra o Estado, a Prefeitura e a COSANPA.

Soma-se a isto o silêncio e a falta de posicionamento desde o ano de 2007 por parte do Ministério Público do Estado do Pará, através da Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais, Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, a respeito das inúmeras denúncias que apontam indícios característicos de improbidade administrativa por parte da Prefeitura Municipal de Belém, acerca dos equipamentos, maquinários e veículos, avaliados em R\$ 21.977.619,75, que foram adquiridos pelo Estado do Pará (mutuário final) com os recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (órgão financiador), repassados no dia 02 de janeiro de 2005 ao Acervo Físico Patrimonial do Município de Belém, estando destinados à manutenção do conjunto de obras executadas pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una;

3) O silêncio do Conselho Gestor da Bacia do Una (CONGEB/UNA), cujos membros permaneceram inertes diante das irregularidades, inundações e desvio do equipamentos para manutenção da Bacia do Una. A maioria de seus membros recebeu cargos DAS em secretarias da prefeitura, o que comprometeu o desempenho das responsabilidades de fiscalização, cobrança e denúncia do referido Conselho Gestor, que deveria ser a entidade representativa dos moradores da Bacia do Una após o término das obras;

4) O desinteresse do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) pelo resultado de seus investimentos. Embora a manutenção do sistema de obras pela prefeitura e o envio de relatórios sazonais pela COSANPA estivessem previstos no contrato do empréstimo contraído pelo Estado do Pará para a realização do Projeto Una, o BID não tomou providências quando essas obrigações legais não foram cumpridas. Mesmo diante de denúncias de improbidade administrativa, da constatação de corrupção envolvendo o Projeto Una e do não cumprimento de cláusulas do contrato de financiamento com o Governo do Estado para as obras do Projeto Una o BID continua financiando projetos da mesma ordem como a Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova.

---

<sup>4</sup> O Comitê Popular Urbano (CPU) surgiu em 2014, a partir da necessidade de aglutinar as lutas em Belém pela Reforma Urbana e Direito à Cidade. Acentua-se que o movimento possui uma luta mais ampla em relação à outros movimentos sociais urbanos, pois gira em torno do Direito à Cidade e Reforma Urbana em Belém (Cruz, Santos, 2017, p. 10).

Figura 5: Primeira Reunião do FMPBU.



Fonte: Arquivo FMPBU, 2013.

A primeira reunião do FMPBU ocorreu no dia 30 de setembro de 2013, bairro: Pedreira, na casa de uma moradora que também é uma vítima do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Na reunião compareceram 22 moradores dos bairros Pedreira, Telegráfo e Fátima. Além disso, compareceram os assessores da então vereadora Meg Barros<sup>5</sup>. Não houve ata da reunião apenas registro fotográfico.

#### **4. ESTRATÉGIAS VIRTUAIS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA**

A comunicação é muito mais que o mero processo de transmissão da informação pelo emissor para o receptor. Através desse processo compreende-se que nascem conseqüentemente relações de poder. Segundo Castells (2013) as redes de informação devem ser observadas como ferramentas decisivas de poder, entendendo que a rede de poder que seria construída em relação

---

<sup>5</sup> Em 2013 era filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), atualmente está filiada ao PRP (Partido Republicano Progressista), não possui mandato em andamento.

ao Estado e o sistema político consequentemente geraria reflexos em relação ao estabelecimento de uma rede geral de poder.

Castells (2013) diz ainda que as redes de dominação precisam ser enfrentadas pelas redes de mudança social. Em outras palavras, o que o autor busca mostrar é o valor que a informação pode ter e como essa nova era informacional, esse processo de globalização, pode se relacionar estrategicamente com o poder.

Sobre a definição dessa nova era informacional, Dias (2011, p. 48):

O termo (globalização) compreenderia inicialmente o fenômeno de mundialização dos processos econômicos, relacionado à circulação de capitais concomitantemente à ampliação dos mercados numa rede econômica mundial, perfazendo uma integração produtiva. Aliados à integração das atividades econômicas em âmbito mundial, como o fluxo populacional, o movimento de capitais, o desenvolvimento e o avanço de tecnologias, fatores que, em conjunto, influenciariam a mudança de valores culturais assim como a mudança de normas jurídicas.

Analisando mais especificamente a globalização pelo processo das redes sociais digitais Castells (2004), em sua obra “Galáxia Internet”, ainda nos ensina que o ciberespaço é o próprio reflexo da nossa sociedade, desse modo teríamos uma nova estrutura social nas redes. E dentro dessa nova estrutura a internet seria a base tecnológica, que é entendida pelo autor não como uma utopia ou distopia, mas sim como um meio codificado pelo qual nos expressamos sendo, portanto, um sistema aberto de comunicação capaz de conectar o mundo inteiro.

O entendimento de Dias (2011, p. 174) sobre o papel das tecnologias da informação no espaço social concreto coaduna com o entendimento de Castells (2004). Vejamos:

Em verdade a utilização da Internet tem propiciado novas formas de comunicação e sociabilidade *on line*. O fato é que essa nova forma de comunicação social, estabelecida por meio desse mecanismo tecnológico informacional tem efeitos não somente no ambiente rede, mas sobretudo no espaço social concreto, na forma de interação social e na expressão dessas novas relações no seio das sociedades, na vida urbana.

Dias (2011, p. 182) ainda ressalta a relação da internet como instrumento em favor da cidadania:

A internet pode ser utilizada como mecanismo de ampliação da liberdade e de formação de práticas democráticas em novos contextos sociais.

[...]

Nesse sentido, a utilização da internet no processo de democratização do Estado e de suas instituições pode ser um caminho à abertura para práticas democráticas, à ampliação das redes de cidadania numa nova concepção organizacional, quiçá alargando a comunicabilidade no espaço-nação e com o espaço global.

Sobre o papel da tecnologia da informação (2011), Díez (2003, p. 195) entende que:

[...] novas terminologias surgem para a definição do privilegiado papel que a tecnologia da informação assume para a redefinição da forma da democracia, que deve ser mais democrática, mais participativa, mais igualitária [...] alguns autores consideram que a democracia na sociedade mediática sofreria transformações, pois alteraria substancialmente as relações de poder e as formas tradicionais de controle da informação, o que propiciaria a melhoria na comunicação entre os cidadãos e seus representantes políticos, suprimindo, assim os déficits da democracia participativa.

Vejamos, então, o que Dias (2011, p. 184-185) conclui sobre a comunicabilidade nos tempos da tecnologia da informação:

Provavelmente, a internet forjará novos espaços de comunicabilidade e de deliberação política. Talvez, os movimentos sociais acabem por assumir espaços de comunicação, de informação e de deliberação no ambiente da rede, forçando a abertura do Estado a esse novo ambiente político. [...] assinalamos que os movimentos sociais cada dia mais se utilizam da internet como espaço para a reivindicação, para protestar, para denúncias. E essa nova forma de ativismo político, seja para tratar ou solucionar causas humanitárias ou os problemas decorrentes da poluição ambiental, seja para forjar novos espaços de debate político paralelos ao Estado, são exemplos patentes de que a sociedade busca e transforma o espaço da comunicabilidade, da informação, da discussão, criando, assim, mecanismos paralelos aos mecanismos institucionais existentes à consecução de espaços deliberativos democráticos. Nessa perspectiva, a utilização de mecanismos eletrônicos como forma de ampliar a democracia deliberativa, criando espaços para a democracia eletrônica, não significa necessariamente a substituição dos mecanismos representativos e dos mecanismos de participação direta e semi-direta existentes.

Logo, diante do cenário de revolução informacional, observa-se que as redes sociais digitais já são uma extensão da realidade social e que por isso podem ser entendidas como importante forma de resistência e de comunicação dos movimentos sociais com a sociedade, compreendendo essas redes como veículos de rápida interação e de grande abrangência. E o movimento social urbano Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una notando essa relação de poder já se comunica com a sociedade e com os outros movimentos sociais via *whatsapp*, *blog* e *facebook*, instrumentos considerados como redes sociais digitais. Por meio dessas ferramentas compartilham ideias e opiniões bem como articulam suas mobilizações físicas e virtuais.

Outro fator interessante e que merece destaque é o fato de que os instrumentos virtuais citados, que são *whatsapp*, *blog* e *facebook*, além da função de rápida e objetiva transmissão de mensagens, estão funcionando nas plataformas do FMPBU também como elementos difusores da ciência, ou seja, atuando no campo da comunicação científica.



De acordo com Caribé (2015) na comunicação científica o conteúdo informacional (útil para o desenvolvimento de trabalhos e/ou de atividades cotidianas) é produzido por pesquisadores, acadêmicos, cientistas e outros profissionais do campo das ciências através de critérios técnicos considerados aceitáveis para a produção do conhecimento científico. Nesse processo são compreendidos as atividades de produção e difusão científica, ou seja, trata-se de uma forma de comunicação que busca levar informação científica aos clientes ou receptores, que podem ser cientistas ou mesmo o público leigo.

Sobre os processos da comunicação científica, Gomes (2013, p. 02):

Como ponto de partida esclarecemos que a comunicação científica (e seus fluxos/sistemas/processos) engloba:

- A pesquisa - quando da elaboração de uma investigação, via a comunicação entre os pares (de pesquisador para pesquisador) em todos os níveis;
- O sistema, ou seja, a informação que flui de e entre as editoras, bibliotecas, agências de financiamento, dentre outros;
- E sociedade em si - quando compartilhamos o conhecimento científico na ótica da comunicação pública da ciência/divulgação científica.

Nessa medida, para analisar as estratégias de mobilização e comunicação virtuais do movimento observamos as ações nas redes sociais digitais, como também realizamos entrevistas semiestruturadas. Nesse tópico vamos abordar primeiramente como cada recurso está funcionando e em seguida observar as informações recebidas durante as entrevistas.

#### 4.1. A ESTRATÉGIA “WHATSAPP”

O aplicativo *whatsapp* vem se tornando cada vez mais presente nas áreas de comunicação das organizações em virtude de ser um canal considerado rápido e eficaz. Desde sua criação e com a posterior compra por parte do *facebook*, foram incorporados ao aplicativo uma gama de recursos que possibilitam o compartilhamento quase instantâneo de fotos, arquivos e mensagens.

O *whatsapp* trata-se de um aplicativo que permite a comunicação de pessoas por múltiplos meios (escrita, voz, imagem). Essa ferramenta autoriza a criação de contas corporativas e pessoais. Além disso, permite a criação de “janelas” de conversa individuais e coletivas. Possibilitando, ainda, que o usuário possa compartilhar de forma individual a mesma mensagem para inúmeras pessoas ao mesmo tempo, o que o aplicativo chama de “lista de transmissão”.

O acesso ao uso do aplicativo está vinculado ao uso de um smartphone, acesso a uma conexão de internet e chip telefônico. O uso do programa inicialmente era restrito aqueles que poderiam pagar uma taxa anual, atualmente seu uso é gratuito. A linguagem da ferramenta é simples e objetiva em idioma português brasileiro.

Lima, Almeida e Cavalcante (2017) compreendem, portanto, que o *whatsapp* configura-se com uma possível ferramenta Mobile Learning ou M-learning. Entendendo que o termo inglês M-Learning deriva-se do E-learning e é caracterizado pela junção da mobilidade com a aprendizagem.

Figura 6: Grupo do FMPBU na plataforma *whatsapp*.



Fonte: Arquivo pessoal.

As contas de *whatsapp* utilizadas pela FMPBU para mobilização e comunicação são individuais, ligadas aos líderes do movimento social. Além disso, o movimento criou grupos dentro da plataforma para tratar assuntos ligados diretamente a problemática das inundações da Bacia do Una. Segundo informações repassadas pelas lideranças seriam dois grupos um mais direcionado ao público externo que recebe a participação de pesquisadores, colaboradores,

lideranças, entidades e a sociedade civil e outro direcionado as estratégias do movimento que recebe apenas os integrantes da organização interna. Através dessa ferramenta as lideranças participam de grupos de debates, divulgam a luta e recebem respostas dos receptores das mensagens.

Além disso, o movimento vem se utilizando desse canal de comunicação não apenas para compor uma resistência virtual, mas também para articular a resistência “das ruas” definindo pautas, estratégias e meios de execução. Em virtude de ser um aplicativo de simples manuseio e rápido acesso, a aderência do movimento a utilização da ferramenta tem sido de grandes proporções.

#### 4.2. A ESTRATÉGIA “FACEBOOK”

O *facebook* é um rede social virtual de origem norte americana que funciona através de perfis e grupos. Em cada perfil você pode inserir informações pessoais e profissionais que permitam identificar sua identidade. Essa ferramenta permite que os usuários compartilhem fotos, vídeos, notas, sites, áudios e hiperlinks para blogs, desde que não ultrapasse 500 caracteres.

As publicações que o usuário faz e suas informações podem ser configuradas para visualização geral ou seletiva (apenas amigos, apenas amigos de amigos, apenas o usuário, dentre outras possibilidades). Além disso, as publicações podem receber uma resposta instantânea e fácil dos outros usuários através dos botões de reação “curtir”, “amei”, “uau”, “triste”, “raiva” e “risos” representados por “emoticons” ou figuras animadas que representam essas reações, bem como podem ser compartilhadas ou respondidas em forma de texto, imagem ou vídeo. Dessa forma, o canal consegue realizar uma rápida e eficiente comunicação.

Outro elemento importante da rede social *facebook* são os grupos, que se configuram como espaços que agregam pessoas, objetivos e interesses em comum. Nos grupos são discutidos de forma coletiva temas específicos através da conversa simultânea entre seus membros e da inserção de documentos em sua página lateral, documentos estes que podem inclusive ser atualizados ou modificados pelos membros. Isto é, os grupos no *facebook* se tornam grandes mesas virtuais de debate e construção coletiva o que Lévy (1998) chama de inteligência coletiva compreendida pela ação dos novos meios de comunicação que permitem aos grupos humanos pôr em comum suas ideias e pensamentos.

Figura 7: Grupo do FMPBU na plataforma *facebook*.



Fonte: Arquivo pessoal.

O *facebook* é utilizado pelo FMPBU tanto por meio de um perfil do movimento como através de um grupo aberto criado dentro da plataforma com o intuito de reunir informações sobre a luta e agregar pessoas interessadas na problemática. Essa ferramenta foi implementada pelo movimento em razão da popularização do uso da plataforma no Brasil. A conta foi criada em 2013 por Thaís Amélia da Silva Wanzeller, sobrinha da liderança José Alexandre Costa, e atualmente é alimentada por colaboradores vinculados à Universidade Federal do Pará.

O perfil e o grupo criados na plataforma tem em tese a mesma função para o movimento que é a de divulgar as reuniões, audiências e outros eventos, bem como a de conscientizar a sociedade sobre a problemática buscando agregar novos atores e divulgar as notas e documentos produzidos pelo movimento, pelas instituições e pela mídia.

#### 4.3 A ESTRATÉGIA “BLOG”

A ferramenta de comunicação blog é criada, utilizando-se o termo “*weblog*”, em meados de 1997 por Jorn Barger, sendo posteriormente, em 1999, abreviada para o termo *blog*. Segundo Barbosa e Rabaça (2001) o *blog* pode ser definido como uma página da web, pessoal ou coletiva, que contém informações breves organizadas em ordem de data, como uma página noticiosa. O objetivo dessa página é diverso, podendo ser profissional, acadêmico ou de entretenimento. Essa ferramenta, além de funcionar como um diário de notícias, dá suporte à

interação de pequenos grupos por meio de um sistema simples e fácil de troca de mensagens que é feita dentro de cada postagem (notícia inserida na página).

A criação e manutenção do *blog* necessita de um conhecimento básico de informática relacionado ao uso da web, ou seja, trata-se de uma página web que pode ser administrada por uma pessoa sem conhecimentos específicos em linguagens de programação e banco de dados. Para a utilização da ferramenta é necessário um computador com acesso a internet. Na plataforma do *blog* podem ser inseridas imagens, *templates* personalizadas, *hiperlinks*, textos, vídeos e documentos.

Figura 8: página do FMPBU na plataforma *blog*.



Fonte: Arquivo pessoal.

O *blog* do FMPBU, criado em 2013 pelo colaborador Pedro Paulo Soares, tem como endereço <<http://frentebaciadouna.blogspot.com/>> e como nome “Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una”. O *template* utilizado é padrão com fundo branco, letras de cor preta e notícias veiculadas na vertical organizadas por data. Dentre as informações encontradas na página temos o andamento do processo jurídico, as matérias jornalísticas que abordam a problemática, convocações para reuniões e audiências, relatos das experiências vivenciadas pelo movimento e artigos acadêmicos. Além disso, conforme é apresentado na figura 07, a plataforma disponibiliza o contato via e-mail e telefone de membros do FMPBU.

O blog apresenta 34 arquivos, dentre eles registros de reuniões, relatos de audiência, relatos da problemática nas vozes de quem organiza e vive o movimento, artigos acadêmicos,

matérias jornalísticas e material audiovisual produzido por pesquisadores e atores sociais locais. A interação entre os receptores e emissores ocorre por meio dos comentários que podem ser adicionados nas postagens. Na plataforma do FMPBU o processo de interação via mensagens é frequente.

#### 4.4. BREVE ANÁLISE DO PAPEL DO FACEBOOK, WHATSAPP E BLOG COMO ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA

Após compreendermos o poder simbólico que está relacionado com o domínio das ferramentas digitais foi preciso analisar esse contexto dentro da realidade local de uma cidade localizada na Amazônia brasileira – a cidade de Belém (Pará). É de conhecimento geral que o acesso à internet na cidade de Belém ainda se mostra como de alto custo e de baixa qualidade. Outro fator é o elevado custo de acesso a bens de informática acompanhado do baixo poder aquisitivo da população. Questões que quando somadas parecem inviabilizar o uso das mídias digitais como instrumento de comunicação, mas que paulatinamente estão mudando com a popularização dessas mídias e a visão de que o acesso à internet significa acesso a informação e por isso deve ser garantido a todos.

Dessa forma, mesmo dentro das limitações elencadas, as plataformas digitais vem se tornando importantes ferramentas de acesso e difusão de informações na cidade de Belém. Nessa perspectiva, o FMPBU conseguiu identificar as principais plataformas digitais utilizadas para comunicação na cidade, que são: *facebook*, *blog* e *whatsapp*. Ressaltamos que tal êxito foi possível, conforme informações obtidas nas falas de Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares e José Alexandre de Jesus Costa, a partir da colaboração de uma equipe vinculada a Universidade Federal do Pará, mais especificamente ao Programa de Apoio a Reforma Urbana, fato que demonstra a importância do assessoramento dos movimentos sociais pelas instituições.

Por fim, após a observação das plataformas digitais do FMPBU (*facebook*, *blog* e *whatsapp*) e a análise das entrevistas foi possível identificar alguns pontos: Quanto a linguagem utilizada nas plataformas verificamos que as notícias e artigos seguem o padrão culto da língua portuguesa e empregam termos técnicos, mas também há textos com linguagem coloquial. Ainda no que tange a redação, destacamos que, em grande medida, o conteúdo apresentado tem coerência e coesão. O conteúdo do *facebook* se mostra o mesmo que o apresentado no *blog*, mas no *whatsapp* temos uma versão de redação mais reduzida e objetiva (embora ainda se

mostre muito extensa). Acrescentamos que nas plataformas *facebook* e *whatsapp*, o segundo com mais intensidade, foi verificada a presença de mensagens que não debatem a problemática, como por exemplo vídeos musicais e propagandas, mensagens que atrapalham a difusão de informações mais importantes. Outro fator de entrave foi verificado quanto ao acesso à internet e uso das plataformas digitais por pessoas pertencentes ao grupo da terceira idade e pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Quanto aos benefícios, inúmeros foram notados, como a redução do tempo gasto pelo movimento na mobilização dos atores e no compartilhamento das informações. Nesse sentido também podemos citar a aproximação da comunidade acadêmica das demandas da sociedade e a abertura de um “novo” lugar de fala para o movimento e para a comunicação científica. Ressaltando-se que os artigos e materiais audiovisuais voltados para a ciência se concentram, em grande medida, na plataforma *blog*, ferramenta esta que apresentou maior registro de conteúdo sobre a problemática.

Quanto às possibilidades acreditamos que a medida em que crescem e se modificam as plataformas digitais a atuação do movimento deve acompanhar as tendências que se mostram benéficas para a comunicação e mobilização. Nesse sentido, a implementação do uso do *youtuber*, *twitter* e do *instagram*, que atualmente são ferramentas de uso corriqueiro na vida dos brasileiros, pode ajudar a expandir a atuação da FMPBU.

#### 4.4. ENTREVISTAS

##### **4.4.1 O movimento e a organização nas vozes das lideranças**

Nome: José Alexandre de Jesus Costa

Formação: ensino médio completo

Bairro: Pedreira (Sub-bacia I do Projeto Una)

Atuação: Liderança do FMPBU

Figura 9: José Alexandre de Jesus Costa panfletando na Praça da República (Belém/Pa).



Fonte: FMPBU, 2017.

Durante a entrevista José Alexandre relatou de forma breve sua caminhada como liderança do movimento e as dificuldades encontradas, inclusive quanto ao acesso e uso das redes digitais. Vejamos:

*A minha caminhada no movimento foi sempre de muita luta e tem horas que é cansativa, mas eu acredito nela. Já estou nessa estrada com o Antônio Carlos (amigo e também liderança no FMPBU) desde o começo do movimento. Sempre que tenho a oportunidade de explicar para alguém o que acontece entrego os panfletos e sento para conversar porque acho importante. Veja! As vezes a pessoa é uma prejudicada e nem sabe ou mesmo sabendo não quer se reconhecer como vítima, mas eu vou lá e mostro que é importante. O judiciário também parece não ter muito interesse porque o processo se arrasta por anos e nenhuma ação de reparação foi feita enquanto isso as pessoas estão nadando no alagado, eu olho para a chuva que vai cair e já penso na minha casa que vai ficar embaixo d'água. Por isso, além de usar as ruas e a imprensa, eu achei importante usar essas tecnologias (whatsapp, facebook e blog) para chamar atenção da sociedade e das instituições.*

*Quem criou o facebook foi a minha sobrinha porque eu não sei usar essas coisas, o blog foi o Pedro (Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares) e o whatsapp eu criei. Hoje o Pedro (Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares) e mais recentemente o José Irineu (aluno do curso de Comunicação Social da UFPA – colaborador voluntário) me ajudam a alimentar o blog e o facebook por que eu tenho dificuldades, mas o whatsapp eu consigo usar de forma independente. Eu também tenho dificuldades em acessar a internet, gosto de vim para a Universidade (Universidade Federal do Pará) porque posso usar sem gastar os créditos do meu celular.*

*Eu considero importante todos os três facebook, whatsapp e blog e acredito que eles são hoje muito importantes para o FMPBU porque muitas pessoas chegam através deles, mas tenho preferência pelo whatsapp porque consigo usar sem dificuldades.*

#### **4.4.2 O movimento e a organização nas vozes da assessoria e pesquisa**



Nome: Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares

Formação: Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (2010), Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012) e Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016).

Entidade: Programa de Apoio a Reforma Urbana vinculado a Universidade Federal do Pará.

Atuação: Pesquisador (2013 – 2016); Assessor (2017 – 2018).

Figura 9: Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares.



Fonte: The nature of cities, 2018.

Pedro Paulo atualmente está vinculado ao Programa de Apoio à Reforma Urbana - Universidade Federal do Pará, atuando com o assessoramento dos movimentos sociais. Pedro inicia sua trajetória junto ao movimento (FMPBU) em 2013 tendo como foco a produção acadêmica (tese), mas no decorrer dessa aproximação entende a necessidade de colaborar com o movimento por meio de um retorno mais direto, surge então a ideia de criação do *blog*. A fala do pesquisador e colaborador sintetiza de forma clara sua inspiração e contribuição para o FMPBU.

*Eu comecei a trabalhar com FMPBU em 2013 em decorrência da elaboração da minha tese. A inspiração para a criação do blog do FMPBU foi o Projeto Habitantes do Arroio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que utilizou a plataforma como uma forma de dar retorno a comunidade através do compartilhamento do material audiovisual produzido na comunidade pelos pesquisadores. Eu queria dar um retorno para o FMPBU. A partir disso e verificando a quantidade de textos, imagens e vídeos que já haviam sido produzidos pelo FMPBU percebi a importância de se criar uma espécie de “banco de dados web” para o compartilhamento dessas informações.*

*A administração do blog e as postagens são colaborativas, tenho uma intensa troca de informações e experiências com o Alexandre (José Alexandre de Jesus Costa –*

*liderança FMPBU) e o apoio técnico do José Irineu (aluno do curso de Comunicação Social da UFPA – colaborador voluntário).*

*O blog embora se mostrasse muito importante como uma ferramenta de comunicação para o FMPBU percebemos que não poderia atuar sozinho, pois o público de alcance dessa plataforma, em grande parte, eram acadêmicos que já tinham algum conhecimento sobre a problemática e que dessa forma seria interessante para o movimento pensar novas estratégias para atingir também outros grupos. Então, sugeri focar as atividades também na página do facebook que já existia, mas que não tinha atividade.*

*Em relação aos resultados já alcançados com a utilização dessas ferramentas eu te digo que muitas pessoas já entraram em contato com o FMPBU através do facebook e blog, até mesmo porque no blog tem os contatos de e-mail e telefone vinculados ao movimento. Além disso, acredito que essas plataformas vem contribuindo positivamente para a conscientização e mobilização da sociedade tanto que devido as respostas positivas desses instrumentos o FMPBU está estudando ampliar as plataformas digitais utilizadas, planejando a criação de uma conta de instagram para o compartilhamento do material audiovisual.*

*E posso concluir te dizendo que preferência sobre as plataformas eu tenho pelo facebook e pelo blog, mas é um gosto pessoal. Não gosto muito do whatsapp pela grande quantidade de mensagens recebidas que pronunciam apenas frases como “bom dia”, “boa tarde” e “boa noite” que, por vezes, tiram o foco das notícias e avisos que são veiculados. Por outro lado entendo e defendo a importância de todos os meios de comunicação.*

### **4.1.3 As vozes dos receptores das mensagens emitidas pelo FMPBU**

*Nunca usei esse tal de facebook e blog, mas chegam todos os recados deles (FMPBU) pelo whatsapp. No começo foi difícil usar, mas minha filha me ensinou e fui aprendendo para falar com meu filho que não mora em Belém. As mensagens do Alexandre e dos meninos (FMPBU) sempre chegam e eu leio tudinho, mas as vezes eu acho que a mensagem é muito grande e eu leio com mais dificuldade por isso já perdi muita reunião. E eu acho muito importante ir nas reuniões porque se a gente não for aí é que não resolve nunca esse problema e já estou cansada de me arrumar para ir visitar uma colega e ter que desistir porque está tudo alagado. Isso atrapalha muito a vida da gente (Cleonice Simões, 75 anos, aposentada, Bairro: Marco, 2019).*

*Eu uso o facebook e whatsapp, nunca nem ouvi falar nesse tal de blog. A gente posta foto nele também? (risos). Essa tal de Bacia do Una eu não entendo muito bem, mas o pessoal de lá do movimento (FMPBU) me falou uma vez que faz parte do nosso bairro e que era por causa da falta de manutenção dela que a gente vivia com a casa cheia de água. Eu sei que eu tenho que lutar por isso e já até fui em uma audiência sobre isso porque também não quero ver minha casa o tempo todo cheia de água, é muito ruim não poder receber uma visita e nem poder ficar sentada na porta de casa porque quando olha já está chovendo. A mensagem eles podem mandar por facebook ou whatsapp que eu sempre olho os dois, é a minha diversão aqui em casa, gosto de ficar sabendo tudo o que acontece (Maria da Conceição Leite, 44 anos, dona de casa, Bairro: Pedreira, 2019).*

*Eu acredito que toda a forma de amor é válida e o mesmo vale para a comunicação, eu por exemplo uso as três plataformas blog, whatsapp e facebook. Tenho consciência do meu lugar como atingida pelas inundações da Bacia do Una e procuro sempre falar disso no meu facebook e com os amigos nas rodas de discussão. Aliás, como não perceber a problemática quando você olha todas as casas alagadas? No mínimo você percebe que existe alguma coisa errada. Gosto da forma como são propagadas as mensagens porque eles (FMPBU) não apenas avisam sobre uma reunião ou audiência, mas também na mesma mensagem falam da problemática. Acredito que as formas de comunicação que estão sendo utilizadas podem ser muito eficientes e que*

*outras ferramentas podem contribuir para um aprimoramento desses canais, gostaria de sugerir a produção de pequenos vídeos explicando a temática para crianças e adultos. Eu entendo que deve haver um longo trabalho de sedução do público pela temática para depois tentar mobilizá-lo. E sinceramente prefiro receber mensagens pelo blog e pelo facebook, pois o whatsapp em alguns momentos pode ser muito chato afinal são sempre dezenas de mensagens enchendo a memória do celular, mas é uma questão pessoal. Considero importante investir em todas as formas de comunicação (Bianca Rolim Marinho, 21 anos, atriz e tecnóloga em Gastronomia, Bairro: Telegráfo, 2019).*

*Eu curto blog, whatsapp e facebook e até outras coisas como youtube e instagram. Acho bem bacana essa sacada deles, mas sinceramente não acho que ninguém vai se interessar só porque eles postaram. Eu mesmo não vou perder meu tempo com essas coisas até mesmo porque minha casa não enche e tenho muita coisa pra fazer. Eu recebo as mensagens deles (FMPBU) no whatsapp e apago sem ler e no facebook nem olho muito menos o blog. Acho que o envio de mensagens por whatsapp seja mais eficiente em casos de reuniões ou audiências porque as pessoas estão usando o tempo todo, mas para pesquisa e informação acho bom o blog e o facebook (Rogério Júnior Umbelino, 22 anos, estudante do último ano do ensino médio, Bairro: Umarizal, 2019).*

*Eu uso apenas blog e whatsapp, não tenho contato com o facebook. Gosto bastante do trabalho desenvolvido pelo FMPBU, a primeira mensagem que recebi deles foi pelo whatsapp e fiquei curioso e joguei na internet para saber mais sobre isso. Fiquei muito feliz em encontrar o blog com tanta informação e até surpreso porque não esperava esse nível de organização do conteúdo. Sempre procuro contribuir com o movimento seja participando das reuniões ou compartilhando as coisas que eu recebo. Nas reuniões eu sinto mais dificuldade de ir porque ando muito cansado, mas minha mulher sempre vai. Isso é importante para o bairro e para a cidade, eu sei disso. Acho todas as formas de comunicação importante, mas o whatsapp eu acho mais rápido porque o povo vive olhando pra ver se chegou mensagem. Agora eu acho que as mensagens para o whatsapp poderiam ser mais curtas porque eu mesmo as vezes tenho preguiça de ler e acabo perdendo reuniões importantes (Raimundo Cloves Oliveira da Conceição, 54 anos, pedagogo, Bairro: Pedreira, 2019).*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise dos dados coletados em entrevista e da revisão bibliográfica e documental observa-se a crescente compreensão dos sujeitos sociais em torno do direito à cidade. É perceptível também a necessidade cada vez maior, considerando o acelerado processo de urbanização, de se conhecer as esferas que englobam o direito à cidade para que não se tenha a mera impressão de que busca apenas o acesso à moradia digna.

Compreendemos que a mudança constante na conjuntura das cidades exige dos movimentos novas estratégias de luta frente à impiedosa ação do capital que se apropria de todos os espaços de fala para impor seus interesses. Nesse sentido, considerando a realidade vivenciada após a revolução tecnocientífica informacional, em que o acesso à informação e sua difusão se mostram como uma forma de poder, os meios digitais de comunicação devem ser observados como ferramentas essenciais para a atuação dos movimentos sociais.

Acompanhando essa tendência o movimento Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una, em 2013, por meio da colaboração de Pedro Paulo Soares, de forma inovadora (considerando a cidade de Belém), buscou aumentar seu campo de mobilização por meio das plataformas digitais *whatsapp*, *facebook* e *blog*. Essa ideia, sob a ótica das lideranças do movimentos e dos colaboradores, vem se mostrando bastante exitosa no sentido da comunicação entre os atores que já compõem o movimento e da mobilização de novos atores.

É notável o crescimento do movimento desde a implementação das plataformas digitais, essas ferramentas vem facilitando o contato, em grande escala, com outros sujeitos. Dentre os benefícios das redes *whatsapp*, *facebook* e *blog* foi observada a redução do tempo necessário para a mobilização, do custo com o deslocamento e do custo com ligação telefônica.

Por outro lado muitos desafios ainda se mostram presentes na implementação dessas estratégias, considerando os atores envolvidos (lideranças, colaboradores e comunidade) e a realidade tecnológica e social da região. Dentre os entraves podemos citar o caro e deficiente acesso à internet, a necessidade de compra de um aparelho *smartphone* (*whatsapp*, *facebook* e *blog*) ou computador (*blog*) e a dificuldade de instalação/uso das plataformas ou mesmo de receptividade dessas ferramentas para algumas pessoas, como os idosos.

Outro fator que, segundo relato dos receptores, não vem contribuindo para a eficiência dessas ferramentas é a própria forma de redação das mensagens que precisa ser mais curta e objetiva para facilitar o processo de interação nas ferramentas *facebook* e *whatsapp*, podendo manter o padrão já aplicado apenas para a plataforma *blog*.

Por fim, uma vez que essa estratégia vem se mostrando exitosa e relativamente econômica (a longo prazo), concluímos que deve ser implementada para os outros movimentos sociais e que o papel das Universidades pode ser crucial no sentido de assessorar tecnicamente. No entanto, é preciso repensar formas de se expandir o acesso as plataformas digitais para grupos que hoje se encontram em situação de exclusão, por exemplo, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, participem desse processo afinal se visa garantir o direito à cidade deve se pautar na ampla participação popular. Compreendemos ainda que o papel das redes digitais deve ser o de extensor da atuação dos movimentos nas ruas e não substitutivo, afinal as manifestações físicas, historicamente, apresentam grande relevância para a garantia de direitos, inclusive no mundo da revolução tecnocientífica informacional.

## REFERÊNCIAS

AMANAJAS, Roberta; KLUG, Leticia. **Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana.** Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8622/1/Direito%20%C3%A0%20cidade.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

BALBIM, Renato (org.). **Geopolítica das Cidades: velhos desafios, novos problemas.** Brasília: IPEA, 2016. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161005\\_a\\_geopolitica.PDF](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/161005_a_geopolitica.PDF)>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BARBOSA, Gustavo Guimarães, RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BRASIL Constituição (1988). **Constituição da República federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 set. 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.257 de 2001. **Estatuto da Cidade.** Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 29 mai. 2018.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Comunicação Científica: reflexões sobre o conceito.** Revista Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.25, n.3, p. 89-104, set./dez. 2015.

CASTELL, Manuel. **A galáxia internet.** Reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** 1 edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, José Alexandre de Jesus; DIAS, Vitor Martins; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Regaining Paradise Lost: Global Investments, Mega-Projects, and Seeds of Local Resistance to Polluted Floods in Belém.** The nature of cities. Disponível em: <<https://www.thenatureofcities.com/2018/12/12/regaining-paradise-lost-global-investments-mega-projects-seeds-local-resistance-polluted-floods-belem/>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CRUZ, Sandra Helena Ribeiro; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Lutas sociais e grandes projetos urbanos em Belém: “As Frentes dos prejudicados”.** II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos. Belém, 2017.

DIAS, Daniella Maria dos Santos. **Democracia urbana: é possível coadunar desenvolvimento sustentável e práticas democráticas nos espaços urbanos no Brasil?.** 1ª ed. (ano 2010), 1ª reimp. Curitiba: Juruá, 2011.

DIAS, Mauricio Leal; SANTOS, Gizele Cristina Carvalho dos. **Lutas sociais pelo direito à cidade em Belém.** VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis: 2017.

DÍEZ, Ángeles Rodríguez. **Ciudadanía cibernética, la nueva utopia tecnológica de la democracia.** In: BENEDICTO, Jorge; MORÁN, María Luz. Aprendiendo a ser ciudadanos. Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes. Madrid: Instituto de la Juventud/Lerko Print, 2003.

FRENTE DOS MORADORES PREJUDICADOS DA BACIA DO UNA. Blog **Frente dos Moradores Prejudicados da Bacia do Una.** Disponível em: < <http://frentebaciadouna.blogspot.com>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

GOMES, Cristina Marques. **Comunicação Científica:** Alicerces, Transformações e Tendências. Covilhã (Portugal): Livros LabCom, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. MartinsFontes, São Paulo, 2014.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Trad. Rubens Eduardo Farias, São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Danilo L. F.; ALMEIDA, Lana P. C. M.; CAVALCANTE, Alexandre G. B. **A utilização do Whatsapp como ferramenta de construção inicial de um trabalho de conclusão de curso.** Fortaleza: UNIFOR, 2017.

SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo. **Blog da Tese.** Disponível em: < <http://blogdatese.blogspot.com/2013/09/>>. Acesso em: 08 out. 2018.

SOARES, Pedro P. de M. A. **Memória ambiental na Bacia do Una: estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA).** 2016. 278f. Tese (doutorado) - Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson do Vale. **Polos, eixos e zonas:** cidades e ordenamento territorial na Amazônia. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. ISSN 1984 -4352. Macapá, v. 9, n. 1, p. 37 - 54, jan./jun. 2016.

VASCONCELOS, Eliza Maria de Almeida; DIAS, Maurício Leal; SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; PORTELA, Roselene de Souza; CARDOSO, Welson de Sousa. **A revolução informacional e as novas formas de organização e mobilização dos movimentos sociais urbanos.** Arquivo do Programa de Apoio a Reforma Urbana, 2018.